

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Escola Nacional de Ciências Estatísticas

Textos para discussão
Escola Nacional de Ciências Estatísticas
número 10

AS CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS BRASILEIROS ENTRE 1960 E 2000

JOSÉ EUSTÁQUIO DINIZ ALVES

Rio de Janeiro
2004

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093

Divulga estudos e outros trabalhos técnicos desenvolvidos pelo IBGE ou em conjunto com outras instituições, bem como resultantes de consultorias técnicas e traduções consideradas relevantes para disseminação pelo Instituto. A série está subdividida por unidade organizacional e os textos são de responsabilidade de cada área específica.

ISBN 85-240-3709-1

© IBGE. 2004

Impressão

Gráfica Digital/Centro de Documentação e Disseminação de Informações – CDDI/IBGE, em 2004.

Capa

Gerência de Criação/CDDI

Alves, José Eustáquio Diniz

As Características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000 / José Estáquio Diniz Alves. - Rio de Janeiro : Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2004.

40p. - (Textos para discussão. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ISSN 1677-7093 ; n. 10)

Inclui bibliografia.

ISBN 85-240-3709-1

1. Domicílios - Pesquisa - Brasil - 1960-2000. 2. Brasil - Censo demográfico. I. Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Brasil). II. Título. III. Série.

Gerência de Biblioteca e Acervos Especiais

RJ/2004-02

CDU 314.6(81)

DEM

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	7
2 - FAMÍLIAS, DOMICÍLIOS E O DÉFICIT HABITACIONAL.....	8
3 - CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DOS DOMICÍLIOS.....	16
4 - TAMANHO DOS DOMICÍLIOS E DENSIDADE POPULACIONAL.....	20
5 - CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO E TIPO DE DOMICÍLIO.....	23
6 - DOMICÍLIOS SEGUNDO O ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS.....	25
7 - DOMICÍLIOS SEGUNDO O ACESSO AOS BENS DE CONSUMO DURÁVEIS.....	30
8 - CONCLUSÕES.....	34
9 - BIBLIOGRAFIA.....	37
10 - ANEXO.....	39

RESUMO

Para além de suas características físicas, os domicílios são o local de coabitação das famílias, de interação de grupos conviventes e constituem-se em uma unidade de consumo. Entre os anos de 1960 e 2000, o número de domicílios particulares permanentes ocupados, no país, passou de 13,5 milhões para 44,8 milhões, o número de famílias passou de 13,5 milhões para 48,2 milhões e a população brasileira, em números redondos, passou de 70 milhões para 170 milhões de habitantes. O Brasil deixou de ser uma sociedade agrária e rural para se tornar uma sociedade urbana e industrial, com forte peso do setor terciário. Os dados referentes às características dos domicílios apurados nos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mesmo apresentando alguns problemas de comparabilidade, permitem a análise de um conjunto de indicadores capazes de mostrar a evolução nas condições habitacionais da população. O objetivo deste artigo é avaliar este cenário de mudança dos domicílios brasileiros entre os anos de 1960 e 2000 a partir das características físicas das moradias, da condição de ocupação, do acesso aos serviços públicos (água, esgoto, coleta de lixo e iluminação elétrica) e da existência de bens de consumo duráveis. As condições de habitabilidade das pessoas e das famílias alteraram-se bastante no período e, apesar das muitas lacunas ainda existentes, apresentaram avanços significativos

ABSTRACT

Beyond its physical characteristics, dwellings are the cohabiting place for families, the place for interaction of non-related people living together and constitute in a unit of consumption. From 1960 to 2000, the number of households (private and permanent dwellings) in the country increased from 13,5 million to 44,8 million, the number of families increased from 13,5 million to 48,2 million, and the population grew from 70 to 170 million inhabitants. During this time, Brazil moved out from an agrarian society to become urban and industrial, which is strongly based on the tertiary sector of industry. Data on characteristics of the households collected in the demographic censuses (by the Brazilian Bureau of Census/IBGE), even though present some comparability problems, allow the analysis of a set of indicators capable of showing the evolution of the population living conditions. The objective of this paper is to evaluate the changing scenario regarding Brazilian housing conditions that occurred between 1960 and 2000 taking into account different aspects: the physical characteristics of the houses itself, the occupation conditions, the access to public services in the house (water, sewage, garbage collection and electrification), and the existence of consumer durables. All the indicators show that occurred a large improvement, although there still exist some important gaps to be overcome in next decades.

1 - INTRODUÇÃO

Os Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permitem traçar uma imagem razoável da evolução dos domicílios brasileiros. No censo de 1960 foram pesquisadas 13 variáveis, refletindo a preocupação em retratar as condições de habitação da população brasileira naquele momento. Estas variáveis não cobrem todos os aspectos que poderiam ser investigados, mas são suficientes para se traçar uma linha inicial de comparação. O número de variáveis investigadas cresceu nos censos seguintes. Em 1970 foram 16 variáveis, passando para 21 em 1980, 26 em 1991 e 23 no censo demográfico de 2000. Existem muitas semelhanças na forma de levantamento destas variáveis. Contudo, é preciso fazer um trabalho de harmonização para que os diversos quesitos levantados se tornem comparáveis.

Quanto às características físicas dos domicílios foram perguntados o tipo do domicílio, a localização, a condição de ocupação, os tipos de piso, parede e cobertura, o total de cômodos, de dormitórios e banheiros. Quanto ao acesso aos serviços públicos, foram perguntados sobre o abastecimento de água, o uso do escoadouro e das instalações sanitárias, o destino do lixo e a existência de iluminação elétrica. Quanto aos bens de consumo duráveis houve um acréscimo considerável dos itens investigados, já que alguns bens de consumo incluídos no questionário do censo 2000 nem existiam vinte anos antes (por exemplo: forno de microondas e microcomputador). O censo de 1960 perguntou apenas sobre a existência de fogão, geladeira, rádio e televisão. Já o censo de 2000 perguntou sobre a existência de geladeira, forno de microondas, máquina de lavar

roupa, rádio, televisão, videocassete, automóvel, ar-condicionado, telefone¹ e microcomputador.

Os dados dos cinco censos que vão de 1960 a 2000 não revelam apenas quantos domicílios existem no Brasil, revelam também as transformações destes domicílios, o maior acesso e a melhor qualidade dos serviços públicos e a ampliação e diversificação dos bens de consumo duráveis. Estes dados podem ser usados para se completar uma avaliação do grau de pobreza (e de riqueza) da população brasileira, pois as condições de habitação são um dos aspectos fundamentais da qualidade de vida dos habitantes de um país. O retrato aqui traçado permite se criar uma imagem do grau de inclusão e exclusão social do Brasil, a partir da caracterização dos domicílios. A inclusão, em termos habitacionais, aumentou, mas ainda existe muita exclusão.

2 - FAMÍLIAS, DOMICÍLIOS E O DÉFICIT HABITACIONAL

A ONU (Organização das Nações Unidas) recomenda que os levantamentos demográficos façam uma diferenciação entre família e domicílio (United Nations, 1998). As pesquisas do IBGE fazem esta distinção há bastante tempo (Bercovich e Pereira, 1999). O conceito de domicílio nos Censos Demográficos implica a existência de um local estruturalmente separado e independente e que pode abrigar famílias formadas por uma **pessoa só** (família unipessoal), **família única** (composta por um casal ou apenas um dos cônjuges com ou sem filho ou filhos), **família secundária parente** (quando existem parentes morando com a família principal), **família secundária não parente** (quando existem agregados ou uma família agregada sem parentesco com a família principal) e **indivíduo em domicílio coletivo**.

A tabela 1 mostra o crescimento da população, das famílias e dos domicílios particulares permanentes ocupados no Brasil entre 1960 e 2000. Nota-se que existem dinâmicas diferentes na evolução das taxas. O crescimento das famílias foi sempre superior ao crescimento da população e dos domicílios. Na década de 60 o crescimento

¹ O censo 2000 não perguntou sobre telefone celular, mas apenas sobre telefone fixo. Mesmo considerando que uma linha telefônica é um serviço prestado por uma concessionária de capital público ou privado, no presente trabalho considerou-se o telefone como um bem de consumo durável, pois até fins da década de 90 as linhas fixas de telefone eram muito caras e exigiam um alto investimento inicial, além, evidentemente, de uma prestação mensal e tarifas.

dos domicílios foi menor que o crescimento da população e das famílias, o que está relacionado com a interação de alto crescimento demográfico e crise econômica que provocou um agravamento dos problemas habitacionais naquele período. Contudo, esta situação começou a mudar a partir de meados dos anos 60 com criação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH). Estas instituições começaram a apresentar resultados práticos apenas no final da década, quando iniciou-se o chamado “milagre econômico” brasileiro (ALVES, 1994). A partir de 1970, o número de domicílios passou a acompanhar o crescimento do número de famílias, apresentando um incremento bem superior ao ritmo do aumento da população. A taxa média de crescimento geométrico da população nas quatro décadas em questão foi de 2,24%, contra um crescimento de 3,23% das famílias e de 3,04% dos domicílios. Conseqüentemente, o número de pessoas por domicílio caiu, ao mesmo tempo em que aumentou o número de famílias por domicílio, nas últimas três décadas².

Tabela 1

Crescimento da população, das famílias e dos domicílios particulares permanentes ocupados
Brasil: 1960-2000

Ano	População			Famílias			Domicílios		
	Absoluto	%	% acum	Absoluto	%	% acum	Absoluto	%	% acum
1960	70070457		-	13532142		-	13497823		-
1970	93139037	32.92	32.92	18554426	37.11	37.11	17628699	30.60	30.60
1980	119002706	27.77	69.83	26806748	44.48	98.10	25210639	43.01	86.78
1991	146825475	23.38	109.54	37502520	39.90	177.14	34743432	37.81	157.40
2000	169799170	15.65	142.33	48232405	28.61	256.43	44795101	28.93	231.87
1960-2000	2.24			3.23			3.04		

Fonte: Censos demográficos do IBGE

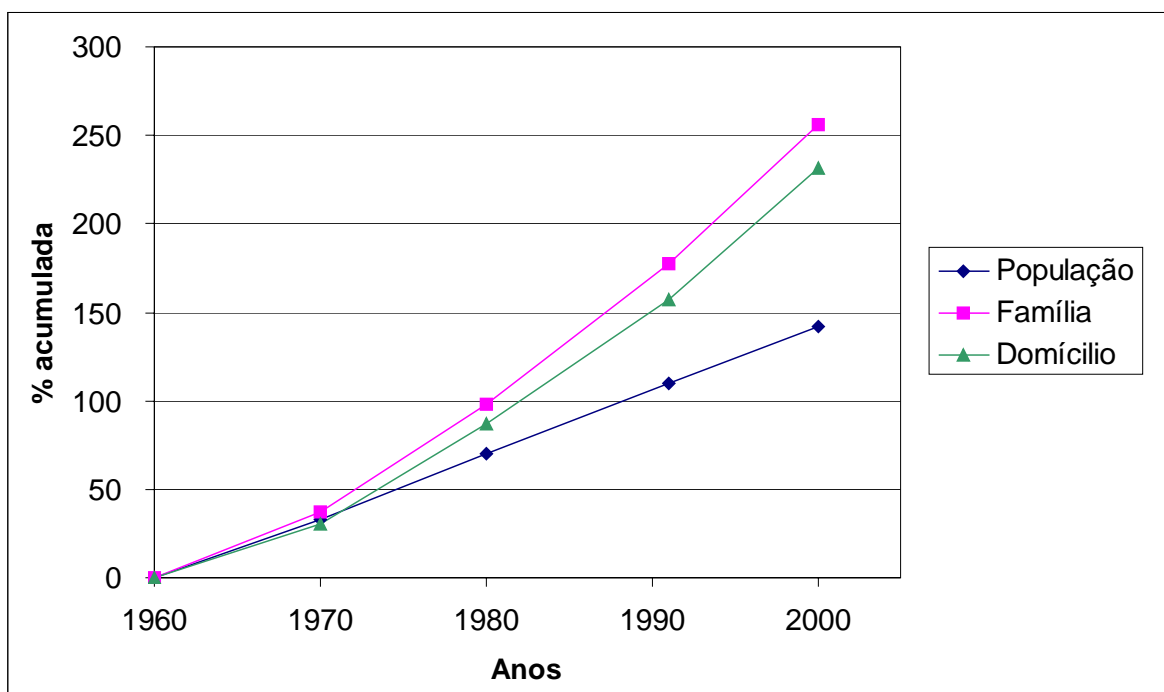
O gráfico 1 mostra de maneira mais clara a evolução das taxas de crescimento da população, dos domicílios e das famílias. É importante destacar que o maior crescimento das famílias implica em elevação da percentagem de famílias conviventes nos domicílios, porém o maior crescimento dos domicílios em relação à população implica na redução da densidade média de pessoas nas suas respectivas habitações. Ou seja, não foi apenas a queda da fecundidade que reduziu o número de pessoas nos domicílios, mas também o

² Realçamos que estes dados se referem aos domicílios particulares ocupados, ou seja, não inclui os domicílios não ocupados. Segundo a sinopse preliminar do censo demográfico 2000 do IBGE (2001), existiam 54.265.618 domicílios particulares no Brasil no ano 2000, dos quais cerca de 45 milhões encontravam-se ocupados, representando 83% do total. Ou seja, existiam cerca de nove milhões de domicílios não ocupados na data de referência do censo 2000, conforme tabela apresentada no anexo 1.

surgimento de configurações menores nos arranjos familiares, como se verá mais à frente.

Gráfico 1

Percentagem de crescimento acumulado da população, das famílias e dos domicílios no Brasil entre 1960 e 2000



Fonte: Censos demográficos do IBGE

O IBGE define família como sendo: “a) o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica que morem no mesmo domicílio; b) pessoa que more sozinha num domicílio particular; c) conjunto de, no máximo, cinco pessoas que morem num domicílio particular, embora não estejam ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica” (IBGE, 1970). Este tipo de definição difere das abordagens sociológicas que não limitam a família aos moradores de um domicílio (Bruschini, 1989). Contudo, esta definição adotada pelo IBGE não impede a compreensão das mudanças ocorridas nos arranjos familiares domiciliares nas últimas décadas. A análise das alterações ocorridas no âmbito das famílias é importante para a compreensão das características dos domicílios, particularmente, para a densidade domiciliar.

A literatura demográfica sobre família e nupcialidade tem mostrado que a composição dos arranjos familiares no Brasil tem se tornado mais heterogênea e que tem havido um aumento dos arranjos menores. (ALTMANN e WONG, 1981; GOLDANI, 1984; CAVENAGHI, GOLDANI, 1993 e LAZO, 2002). Berquó (1998) mostra que, entre 1950 e 1995, os arranjos familiares que se tornaram menos freqüentes foram aqueles de sete componentes ou mais que caíram de 28% para 6% e os de cinco ou seis pessoas que passaram de 25% em 1950 para 20% em 1995, sendo que as principais alterações ocorreram após 1970.

Segundo MEDEIROS e OSÓRIO (2000) a quantidade de arranjos familiares no Brasil manteve um ritmo mais acelerado que o crescimento populacional em decorrência: a) do aumento do número de separações (a lei do divórcio entrou em vigor na segunda metade dos anos 70); b) ao aumento do número de mulheres sem cônjuge vivendo com filhos; c) aos filhos que passaram a viver em seu próprio domicílio; d) aos idosos que aumentaram a expectativa de vida, mas cada vez menos se agregam a outros núcleos familiares em seu envelhecimento. Utilizando dados das Pesquisas Domiciliares por Amostragem de Domicílios (PNADs) os autores mostram que:

“No período entre 1978 e 1998 houve aumento de cerca de 86% no número absoluto de todos os tipos considerados de arranjo familiar, apesar de a população ter crescido pouco menos de 44%. Em todo o período, os tipos predominantes de arranjo são os de núcleo constituído por um casal, seguidos pelos de núcleo formado por uma mulher e, posteriormente, pelos de núcleo constituído por um homem. O crescimento mais acelerado foi o dos arranjos de núcleo simples feminino. Entretanto, estes não são os principais responsáveis pelo fato de o aumento da quantidade de arranjos ser proporcionalmente mais elevado que o crescimento da população: algo em torno de 62% da elevação do número absoluto de arranjos se deve ao aumento no número de arranjos formados por um casal, 29% ao aumento no número de arranjos formados por mulher sem Cônjuge e 9% ao crescimento dos arranjos do tipo homem sem Cônjuge” (p. 71-72).

Os autores mostram ainda que, apesar de ter existido uma tendência de queda nas taxas de nupcialidade, as transformações na estrutura etária da população contrabalançaram aquela tendência, fazendo com que, ao final, a proporção de pessoas unidas na população aumentasse. O resultado de todo este processo é que o número de

arranjos familiares cresceu com a maior incidência de composições de menor tamanho – arranjos unipessoais, monoparentais e de casais sem filho. O aumento do número de arranjos aliado à queda da fecundidade fez com que o tamanho das famílias diminuísse continuamente nas últimas décadas.

A tabela 2 mostra exatamente a redução do tamanho das famílias e, conseqüentemente, a redução do número médio de moradores por domicílio. Entre 1960 e 2000 houve uma redução considerável no número de pessoas por família e por domicílio no Brasil, sendo que a redução foi ligeiramente maior no número de pessoas por família. Em 1960 existiam, em média, 5,18 pessoas para cada arranjo familiar. Este número caiu continuamente ao longo do período e chegou a 3,52 pessoas por família no ano 2000. A queda do número de pessoas por domicílio foi um pouco menor. Em 1960 existiam 5,2 pessoas, em média, por domicílio particular permanente, passando para 5,3 em 1970. A partir daí houve uma redução permanente do número médio de moradores por domicílio até chegar a 3,8 pessoas no ano 2000.

A relação entre o número de famílias e o número de domicílios aumentou, pois aumentou o número de famílias conviventes, geralmente famílias com algum grau de parentesco. Em 1960 existia 0,3% de famílias a mais que o número de domicílios. Este número foi crescendo nos anos seguintes e chegou a 7,7% no ano 2000. O expressivo crescimento do número de famílias no período está relacionado ao aumento da expectativa de vida, especialmente das mulheres, e ao processo de diversificação dos arranjos familiares. Como veremos mais a frente, dobrou a percentagem de famílias com uma pessoa e com duas pessoas entre os censos de 1960 e 2000.

Tabela 2

Número médio de pessoas por famílias e por domicílios e razão entre número de famílias e número de domicílios, Brasil 1960-2000

Ano	Pessoas/ famílias	Pessoas/ domicílios	Família/ domicílio
1960	5.18	5.19	1.003
1970	5.02	5.28	1.053
1980	4.44	4.72	1.063
1991	3.92	4.23	1.079
2000	3.52	3.79	1.077

Fonte: Censos demográficos do IBGE

A diminuição na relação pessoas/domicílios se deve em parte à queda da fecundidade, que reduziu o ritmo de crescimento populacional, mas não se pode deixar de considerar que o ritmo de crescimento dos domicílios ficou bem acima do ritmo de crescimento demográfico a partir dos anos 70. O ritmo de crescimento dos domicílios seguiu o ritmo de crescimento das famílias e não o ritmo de crescimento da população. Assim, enquanto se reduzia o tamanho médio das famílias caía, também, o número de moradores por domicílio, possibilitando uma redução da densidade demográfica das habitações.

A tabela 3 mostra que a distribuição do número de pessoas por família modificou-se sobremaneira ao longo das últimas quatro décadas. Em 1960 somente 4,78% das famílias eram constituídas por somente uma pessoa, sendo que este número passou para 4,94% em 1970, 5,80% em 1980, 6,23% em 1991 e 8,58% em 2000. A percentagem de famílias com 6 pessoas e mais caiu de forma acentuada, passando de 39,72% em 1960, para 34,12% em 1970, 26,75% em 1980, 16,96% em 1991 e 10,42% em 2000. Por coincidência, a percentagem de famílias com 5 pessoas se manteve praticamente estável durante as quatro décadas devido à grande diminuição dos arranjos maiores, apesar do número de famílias desta categoria ter diminuído. A redução do tamanho das grandes famílias fez, também, aumentar aquelas com 2, 3 ou 4 pessoas que passaram a concentrar quase dois terços dos arranjos familiares no censo 2000.

Tabela 3
Distribuição do número de famílias segundo seus componentes
Brasil 1960-2000

Pessoas	1960		1970		1980		1991		2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
1	646380	4.78	916757	4.94	1554972	5.80	2335847	6.23	4138416	8.58
2	1592112	11.77	2664604	14.36	4440200	16.56	7194955	19.19	10245142	21.24
3	2031388	15.01	3039907	16.38	5028241	18.76	8032576	21.42	11590413	24.03
4	2045549	15.12	3006456	16.20	4839945	18.05	7968523	21.25	10975442	22.76
5	1841190	13.61	2595114	13.99	3772972	14.07	5610308	14.96	6259300	12.98
6+	5375523	39.72	6331588	34.12	7170418	26.75	6360313		5023692	10.42

Fonte: Censos demográficos do IBGE

A tabela 4 mostra o mesmo padrão da tabela anterior. Em 1960 somente 4,76% dos domicílios eram ocupados por somente uma pessoa, passando para 5,15% em 1970, 6,11% em 1980, 6,61% em 1991 e 9,12% em 2000. A percentagem de domicílios com 6 pessoas ou mais caiu de forma acentuada, passando de 38,7% em 1960, para 38% em 1970, 30,76% em 1980, 14,21% em 1991 e 12,45% em 2000. A percentagem de domicílios com 5 pessoas sofreu grande alteração nas duas últimas décadas, pois era de 14,64% em 1980, subiu para 23,6% em 1991 e caiu para 14,2% em 2000. O crescimento do percentual de domicílios com 5 pessoas nos anos 80 está relacionado com a brusca diminuição dos domicílios com 6 pessoas ou mais, no mesmo período. A redução da densidade populacional das moradias fica clara quando comparamos a percentagem de domicílios que abrigavam até 4 pessoas que em 1960 era de 48% e, em 2000, era de 71%. A moda da distribuição encontra-se nos domicílios com quatro pessoas, provavelmente indicando a predominância das famílias de um casal com dois filhos.

Tabela 4

Distribuição do número de domicílios particulares permanentes segundo a quantidade de moradores, Brasil 1960-2000

Pessoas	1960		1970		1980		1991		2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
				5.17						
1	642207	4.76	911966	11.70	1540888	6.11	2295667	6.61	4085568	9,12
2	1579424	14.96	2127132	14.86	3436568	13.63	5245234	15.10	7704896	17,20
3	2019301	16.27	2620362	15.67	4304593	17.07	6668234	19.19	9845625	21,98
4	2196048	13.61	2762113	14.21	4482823	14.64	7397276	21.29	10336407	23,07
5	1836582	38.70	2504218	38.02	3691913	30.76	8200516	23.60	6347922	14,17
6+	5224261		6702908		7753854		4936505	14.21	6474683	14,45

Fonte: Censos demográficos do IBGE

Os dados das características dos domicílios servem a diversos usos, como, por exemplo, cálculos de déficits habitacionais. Existem diversas metodologias que podem ser utilizadas. Vasconcelos e Cândido Júnior (1996) apresentam três componentes para o cálculo de déficits habitacionais: 1) **déficit por moradia conjunta**, correspondente a uma habitação ocupada por mais de uma família; 2) **déficit por moradia precária**, correspondendo às moradias improvisadas e às casas de taipa não revestida ou de madeira aproveitada, casas cobertas de palha ou sapé, meros quartos ou cômodos, etc; 3) **déficit por moradia deficiente**, são as casas que não possuem canalização interna de água e de rede de esgoto. Segundo Gonçalves (1998) o déficit habitacional é maior para as regiões e os estratos de renda mais pobres do país.

Todavia, o conceito de “adequação” das condições residenciais possui alto grau de arbitrariedade, pois depende de avaliações subjetivas e das condições culturais. Neste sentido, a proposta apresentada por Vasconcelos e Cândido Júnior serve para calcular a demanda potencial de moradias “adequadas”. Todavia, ao considerar as famílias que moram em conjunto como indicador de déficit habitacional desconsidera-se que diversas gerações de famílias podem optar por uma mesma moradia ou que pessoas, sem laço de parentesco, possam optar livremente por uma convivência conjunta em um mesmo domicílio. Por outro lado, não se deve considerar como deficientes as casas (principalmente aquelas localizadas em áreas com baixa densidade demográfica) que não estão ligadas a rede geral de esgoto, mas possuem fossa séptica.

Segundo cálculos de Carneiro e Valpassos (2003) o déficit habitacional brasileiro seria de 6,7 milhões de moradias no ano 2000. Utilizando metodologia semelhante à utilizada pela Fundação João Pinheiro, de Belo Horizonte, os autores calculam três componentes do déficit habitacional: 1) habitação precária e coabitação; 2) ônus excessivo com aluguel; c) depreciação. Eles argumentam que a relação domicílio/família, no Brasil, foi de 0,92 domicílios por família em 2000, enquanto esta relação era de 1,42 nos Estados Unidos e de 1,12 na Argentina.

Contudo, os autores não discutem qual o conceito de domicílio e de família utilizados nestes países. Considerar toda coabitação como déficit habitacional é ignorar que o conceito de família utilizado pelo IBGE tem uma função operacional e não sociológica. Segundo Bilac (2002), para as Ciências Sociais a concepção de família

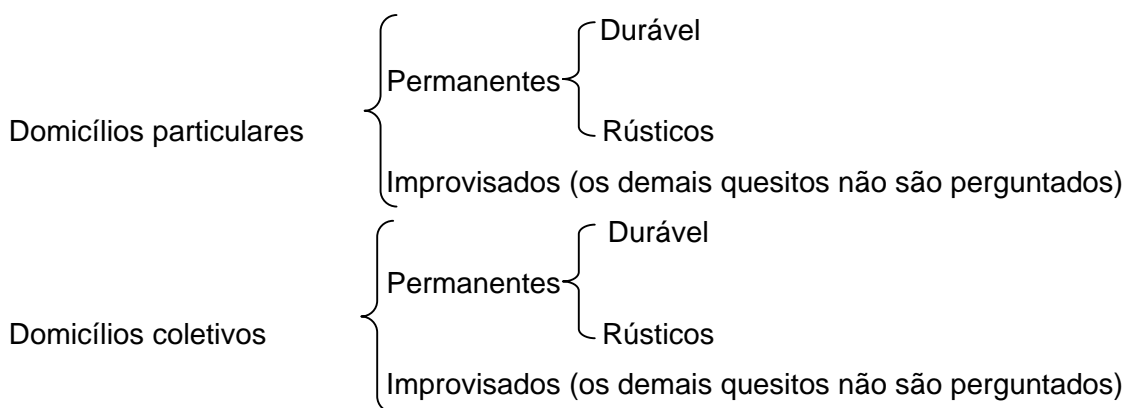
envolve parentesco e aliança e não seria sociologicamente correto considerar uma pessoa sozinha como uma família ou fracionar em duas famílias um único grupo de parentes co-residentes. Todavia ela ressalta: “O mais importante, porém, é que, adotando-se esta metodologia, a aparente ‘fragilidade’ ou ‘defeito’ da categoria família da PNAD passa a ser sua grande vantagem: a distinção de ‘famílias secundárias’, a partir da presença de mais de um núcleo de reprodução permite que os dados sejam mantidos no banco de forma bastante desagregada e o cotejo entre a posição no domicílio e a posição na família possibilita a reconstrução mais acurada da ocorrência de distintas configurações de parentesco no domicílio” (p. 2).

Quanto ao domicílios, o principal problema é que Carneiro e Valpassos (2003) trabalham apenas com os domicílios particulares permanentes ocupados, em 2000, que perfazem, segundo a Síntese, um total de 45.021.478 moradias. Porém, os dados da Síntese do Censo 2000 mostram, segundo a tabela X, do anexo 1, que o total de domicílios recenseados chegou a 54.337.670 moradias, sendo 9,2 milhões de domicílios não-ocupados. Estes últimos estão divididos em 500 mil domicílios fechados, 2,7 milhões de domicílios de uso ocasional e 6 milhões de domicílios vagos. Portanto, se considerarmos os domicílios não-ocupados o Brasil teria um superávit habitacional e não um déficit. Não cabe no escopo deste texto uma discussão mais aprofundada sobre os déficits habitacionais. O foco da análise são as características gerais dos domicílios.

3 - CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DOS DOMICÍLIOS

O IBGE define o domicílio como o local estruturalmente separado e independente que serve de habitação a uma ou mais pessoas. Separação e independência são critérios essenciais da definição. A separação fica caracterizada quando o local de habitação é limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas, que nele habitam, isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente. A independência fica caracterizada quando o local de habitação tem acesso direto. Segundo a espécie os domicílios podem ser *particulares* ou *coletivos*. Segundo a natureza os domicílios podem

ser classificados em *permanentes* ou *improvisados*. Segundo a sua estrutura, os domicílios podem ser classificados em *duráveis* ou *rústicos*.



Domicílio Particular é aquele em que o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência³. **Domicílio Coletivo** é o domicílio ocupado por grupo convivente e/ou família, no qual a relação entre os moradores se restringe à subordinação de ordem administrativa e ao cumprimento de normas de convivência⁴.

Domicílio Permanente é aquele construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência do censo, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas. **Domicílio Improvisado** é aquele localizado em prédios não residenciais (lojas, fábricas, etc.), desde que não tenham dependências destinadas exclusivamente para fins de moradia (quarto e cozinha)⁵. **Domicílio durável** é aquele

³ Segundo os manuais dos recenseadores dos censos do IBGE, as casas de cômodos (cabeças-de-porco, cortiços, etc.), os edifícios de apartamentos e as fazendas, estâncias, engenhos, etc. constituirão um conjunto de domicílios particulares. Nos censos de 1960, 1970 e 1980 considerou-se domicílio particular o que servia de moradia a uma, duas ou três famílias; e os locais onde residiam até 5 pessoas. Em 1991 e 2000 considerou-se particular os domicílios com até 5 famílias.

⁴ São exemplos de domicílios coletivos: hotéis, pensões, recolhimentos, conventos, manicômios, asilos, orfanatos, conventos, barcos mercantes, penitenciárias, postos militares, quartéis, navios de guerra, alojamento de trabalhadores, etc. Os prédios em construção onde residirem 6 ou mais operários são considerados domicílios coletivos. As repúblicas de estudantes são consideradas domicílios coletivos mesmo que tenham menos de 6 estudantes.

⁵ Segundo o IBGE, também serão registrados como Improvisado os seguintes locais que estejam servindo de moradia a pessoas ainda que em caráter transitório: prédio em construção, servindo de moradia a pessoal da obra; embarcação, carroça, vagão de estrada de ferro, etc. tenda, barraca, gruta, ponte, pátio de estação de estrada de ferro, marquise de edifício, etc. que estejam servindo de abrigo.

localizado em prédios em cuja construção predominam: paredes de tijolo, pedra, adobe ou madeira preparada; cobertura de telha (barro, amianto, madeira, zinco, etc.) ou laje de concreto; piso de madeira, cimento, ladrilho ou mosaico. **Domicílio rústico** é aquele localizado em prédios em cuja construção predominem: paredes e cobertura de taipa, sapé, palha, madeira não aparelhada, material de vasilhame usado e piso de terra batida. Quando o material empregado nos três componentes da estrutura do prédio (parede, cobertura e piso) não estiver discriminado em um mesmo grupo (durável ou rústico) deverá ser considerado o grupo que contiver dois dos componentes⁶. Apesar de registrar o número de domicílios coletivos e improvisados, o IBGE investiga as características somente dos domicílios particulares permanentes.

Neste sentido, a tabela 5 mostra a evolução dos domicílios particulares entre 1960 e 2000. Nota-se que o número de domicílios particulares permanentes representa quase a totalidade das moradias e tem permanecido acima de 99% do total de domicílios brasileiros. O número de domicílios improvisados que era muito pequeno cresceu bastante em termos absolutos, um aumento de quase quarenta vezes, passando de 6802 em 1960, para 14688 em 1970, para 82772 em 1980, para 146535 em 1991 e para 258185 no ano 2000. Este crescimento está relacionado com o crescimento da população que vive em condições precárias, principalmente nos grandes centros urbanos. Contudo a participação percentual dos domicílios improvisados continua sendo menos de 1% do total de domicílios no Brasil⁷.

Tabela 5
Domicílios particulares permanentes (durável e rústico) e improvisados
Brasil 1960-2000

Domicílios Particulares	1960		1970		1980		1991*		2000	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Permanente	13497823	99.95	17628699	99.92	25210639	99.67	34734715	99.58	44795101	99.43
<i>Durável</i>	9572656	70,92	13007920	73.79	22252362	88.27	32833075	94.53	-	-
<i>Rústico</i>	3925167	29,08	4620779	26.21	2905935	11.53	1910358	5.47	-	-
Improvisado	6802	0.05	14688	0.08	82772	0.33	146535	0.42	258185	0.57

⁶ Exemplo de domicílio rústico: prédio com paredes e cobertura de vasilhames usados e piso de madeira, será classificado como rústico. Quando em um dos componentes do prédio for usado mais de um material, será considerado o empregado em maior quantidade.

⁷ O número de domicílios coletivos foi de 454230, no ano 2000.

Total	13504625	100.0	17643387	100.0	25293411	100.0	34881250	100.0	45053286	100.0
-------	----------	-------	----------	-------	----------	-------	----------	-------	----------	-------

Fonte: Censos demográficos do IBGE

* Em 1991 os dados dos domicílios duráveis e rústicos são a média das características de paredes e cobertura

** O censo 2000 não perguntou sobre domicílios duráveis e rústicos.

A classificação dos domicílios permanentes em duráveis e rústicos não é o melhor indicador para se avaliar a durabilidade e a qualidade das construções, pois se trata da “durabilidade” dos materiais utilizados na construção do piso, parede e cobertura. Como se vê na tabela 5, o número de domicílios particulares permanentes duráveis cresceu continuamente, enquanto o número de domicílios rústicos decresceu tanto em termos absolutos, quanto em termos relativos. O censo de 2000 não perguntou sobre estes quesitos, mas a tendência observada nos quatro censos anteriores era a de ampliação do número de domicílios duráveis que chegou a 94,53% em 1991. Infelizmente, não se tem uma avaliação da qualidade e do estado de conservação destes domicílios duráveis.

Houve uma expressiva diminuição dos domicílios rústicos - que são aqueles localizados em construções onde predomina paredes e cobertura de taipa, sapé, palha, madeira não aparelhada, material de vasilhame usado e piso de terra batida. O número de domicílios rústicos no meio rural caiu de 3,2 milhões em 1970 para 1,5 milhões em 1991, enquanto nas cidades a queda foi de 1,4 milhão em 1970 para 0,7 em 1991. No meio urbano a queda refletiu a mudança nas construções das favelas. Por exemplo, o samba que se referia ao “barracão de zinco sem telhado” retratava uma situação do passado em que os barracos eram improvisados e temporários. Com a posse (legal ou não) dos terrenos, os moradores das favelas aderiram à construção de alvenaria, isto é, construções permanentes e duráveis, mesmo que sem reboco e sem plantas pré-aprovadas.

Com a consolidação dos espaços urbanos das favelas, os moradores deixaram de ser despejados e iniciou-se um processo de verticalização e de especulação imobiliária. O jornal O Globo, de 4 de maio de 2003, mostra que em algumas favelas do Rio de Janeiro já existem prédios de sete andares e a prefeitura já está preparando gabaritos visando a limitar as construções a três andares⁸. Este fenômeno é abordado no livro de Lessa (2001) sobre o Rio de Janeiro, mas que é válido para outras cidades brasileiras:

⁸ O fenômeno da autoconstrução de alvenaria marca a consolidação do espaço das favelas e os barracos passam a diversificar a presença de bens de consumo duráveis. Segundo reportagem do jornal O Globo, de

“Atualmente nas favelas melhoradas existem sinais inequívocos de atividade especulativa. O ângulo positivo da autoconstrução em alvenaria pode ter dado origem a uma excessiva verticalização. É visível uma trajetória de ocupação do solo parecida com a do asfalto. Da antiga favela rarefeita, com espaços livres e arejados entre os barracos, chegou-se a uma enorme densidade horizontal e agora, com a verticalização, multiplicam-se os riscos de um neo-encortiçamento, com conseqüências sanitárias inadequadas. Em algumas favelas da Zona Sul existem prédios contíguos, com muitos andares” (p. 316).

4 - TAMANHO DOS DOMICÍLIOS E DENSIDADE POPULACIONAL

As duas tabelas anteriores mostraram a redução do número de pessoas por domicílio e por família. A tabela 6 mostra, ao contrário, que o número de cômodos dos domicílios vem crescendo nas últimas quatro décadas. Em 1960, 2,43% dos domicílios possuíam um cômodo e 29,03% possuíam seis ou mais cômodos. Já no ano 2000 a percentagem de domicílios com apenas um cômodo caiu para 1,52%, enquanto a percentagem de domicílios com seis cômodos ou mais subiu para 45,88%. Isto significa que a densidade de moradores por cômodos vem caindo ao longo do período em questão, o que é um importante indicador de melhoria do conforto da população e da maior disponibilidade de cômodos por pessoa⁹.

Tabela 6

Distribuição dos domicílios particulares permanentes segundo a quantidade de cômodos
Brasil 1960-2000

	1960	1970	1980	1991	2000
Cômodo					
o					

23 de novembro de 2003, que reclama dos “gatos” (ligações clandestinas de energia), a presença de ar-condicionado ultrapassa 20% nas favelas de Jacarezinho e Maré e chega a 16% na Rocinha.

⁹ Os censos não perguntaram sobre o tamanho dos cômodos ou dos domicílios. Assim pode ter ocorrido um aumento do número de cômodos, mas uma diminuição do tamanho dos mesmos. Mas estes dados não estão disponíveis. Contudo, plantas mais bem desenhadas também contribuem para um melhor aproveitamento do espaço domiciliar. Infelizmente não existe nos censos perguntas que permitam uma avaliação geral da evolução e da distribuição da metragem e do tamanho das moradias.

	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
										1.52
1	327386	2.43	911966	5.17	764786	3.03	639310	1.84	679966	4.07
2	1154085	8.55	2127132	12.07	1986380	7.88	1796177	5.17	1821012	9.77
		17.88						10.75		
3	2412850	23.19	2620362	14.86	3415262	13.55	3733166	16.59	4368826	16.01
4	3130216	18.93	2762113	15.67	4733736	18.78	5763482	22.34	7158306	22.76
5	2554478	29.03	2504218	14.21	5022369	19.92	7761107	43.30	10176945	45.88
6+	3918808		6702908	38.02	9288106	36.84	15041473		20516379	

Fonte: Censos demográficos do IBGE

A tabela 7 mostra que houve uma melhoria também nos domicílios com mais de um dormitório, mas esta melhoria não foi tão acentuada como aquela da tabela 6 que mostrou uma redução da percentagem de domicílios com um ou dois cômodos e crescimento do número relativo dos domicílios com mais de cinco cômodos. Isto sugere que o crescimento ocorreu nas partes comuns dos domicílios, como sala, copa, escritório, áreas de serviço, etc. A percentagem de domicílios com apenas um dormitório caiu ligeiramente entre 1960 e 2000, passando de 32% para 29%. Provavelmente esta queda não foi maior porque, no período, cresceu a demanda por domicílios com menos quartos devido ao aumento do número de pessoas vivendo sozinhas ou de casais sem filhos. Já os domicílios com dois dormitórios cresceram entre 1960 e 2000, passando de 40% para 43% e aqueles de três dormitórios passaram de 19% para 23%. A percentagem dos domicílios com quatro dormitórios ou mais diminuiu de 10% para 5% no período. Esta diminuição da percentagem de domicílios com maior número de dormitórios acompanha a redução do número de pessoas por família e do número de pessoas por domicílio.

Tabela 7

Distribuição dos domicílios particulares permanentes segundo a quantidade de dormitórios Brasil 1960-2000

Dormitórios	1960		1970		1980		1991		2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
		31.71				31.93		32.90		29.07
1	4279550	39.62	5685822	32.25	8049844	39.78	11428889	41.83	13000449	42.66
2	5347399	19.19	7032830	39.89	10028603	21.31	14533241	20.94	19078188	22.90
3	2590010		3571251	20.26	5372697		7276062		10239636	
4+	1280864	9.49	1338796	7.59	1759495	6.98	1505240	4.33	2403161	5.37

Fonte: Censos demográficos do IBGE

A tabela 8 mostra a quantidade de banheiros segundo os domicílios particulares permanentes. Este quesito só foi perguntado nos censos de 1991 e 2000. Os dados mostram que cresceu a percentagem de domicílios com banheiros e diminuiu a percentagem de domicílios sem banheiro na última década do século XX. Enquanto a percentagem de domicílios sem banheiro era de 22,35% em 1991, existiam 62,65% de domicílios com um banheiro, 10,26% com dois banheiros, 3,27% com três banheiros e 1,48% com quadro banheiros ou mais. Em 2000 estes números eram de 63,22% com um banheiro, 14,01% com dois banheiros, 4,43% com três banheiros e 6,16% com quatro banheiros ou mais, enquanto a percentagem de domicílios sem banheiros caiu para 16,77%. A existência de banheiro nos domicílios é um importante indicador de qualidade de vida e de condição sanitária das moradias.

Tabela 8

Distribuição do domicílios particulares permanentes segundo a quantidade de banheiros
Brasil 1991-2000

Banheiro	1991		2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%
1	21765493	62.65	28274715	63.22
2	3564322	10.26	6264520	14.01
3	1135626	3.27	1979634	4.43
4+	513363	1.48	2754518	6.16
Não tem	7764629	22.35	7501348	16.77

Fonte: Censos demográficos do IBGE

As tabelas apresentadas nesta seção mostraram que as condições físicas das moradias melhoraram bastante nas últimas quatro décadas do século XX. Enquanto o número médio de moradores diminuiu devido à queda da fecundidade, o número de cômodos dos domicílios cresceu, especialmente depois de 1970. Cresceu o número de cômodos destinados ao uso comum dos moradores, o número de banheiros e também o número de quartos servindo de dormitórios. Conseqüentemente, diminuiu a densidade de moradores por domicílio, o que é um indicador de melhoria das condições habitacionais da população.

5 - CONDIÇÕES DE OCUPAÇÃO E TIPO DE DOMICÍLIO

Um aspecto referente aos domicílios particulares permanentes brasileiros pouco estudado é o da condição de ocupação. Contudo, os dados mostram que, em relação à posse da moradia no Brasil, houve um processo de ampliação da propriedade própria. A tabela 9 mostra que houve um crescimento expressivo do percentual de domicílios próprios e uma redução dos domicílios alugados e cedidos. Em termos absolutos, o número de domicílios próprios passou de 7,7 milhões em 1960 para 33,3 milhões em 2000 e, em termos relativos, de 57% para 74% do total de domicílios. Cerca de três quartos dos domicílios são próprios, já pagos ou em pagamento. O número de domicílios alugados cresceu em termos absolutos, de 3 milhões em 1960 para 6,4 milhões em 2000, mas em termos relativos houve uma queda de 22% para 14% do total de domicílios no período em questão. O percentual de domicílios cedidos também diminuiu. O censo de 1960 contabilizou 2,7 milhões de domicílios como outra condição diferente de próprio e alugado. O censo de 1970 perguntou sobre os domicílios cedidos, mas considerou como “outra” condição os domicílios de trabalhadores agrícolas residentes nas fazendas onde exerciam suas ocupações. A partir do censo de 1980 a categoria “cedido” foi melhor definida, perguntando-se sobre os domicílios cedidos por empregador, por particular ou cedido de outra forma. Assim, o censo 2000 encontrou 4,5 milhões de domicílios cedidos e apenas 0,55 milhão como outra condição.

Tabela 9

Distribuição dos domicílios particulares permanentes segundo a condição de ocupação Brasil 1960-2000

Condição de ocupação	1960		1970		1980		1991		2000	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Próprio	7703245	7.07	10631603	60.31	15546151	61.67	24315115	9.98	33306136	74.35
Alugado	3006609	2.27	3356051	19.04	5682173	22.54	5557527	6.00	6403325	14.29
Cedido*	-	-	1538810	8.73	3572004	14.17	4629821	3.33	4532093	10.12
Outra**	2787969	0.65	2102235	11.93	410311	1.63	240967	0.69	553547	1.24

Fonte: Censos demográficos do IBGE

* Em 1960 não foi perguntado a opção cedido. Em 1970 perguntou-se apenas se era cedido. A partir de 1980 perguntou-se cedido se por empregador ou cedido de outra forma.

** Em 1960, 1970 e 1980 a categoria “outra” inclui "sem declaração"

A tabela 10 mostra que os domicílios classificados como casa predominam sobre os apartamentos e os cômodos. Este quesito não foi perguntado nos censos de 1960 e 1970. Em 1980 haviam 23,4 milhões de casas, representando quase 93% do total de domicílios, em 1991 este números passaram para 31,6 milhões e 91% e, em 2000, para 40 milhões e 89%. O número de apartamentos passou 1,8 milhões em 1980 (7%), para 3 milhões em 1991 (9%) e 4,3 milhões em 2000 (10%). O crescimento absoluto e relativo do número de apartamentos indica uma tendência crescente do processo de verticalização das cidades. O percentual de famílias (ou pessoas) vivendo em cômodos¹⁰ era de 0,5% em 1991 e 1% em 2000. O censo de 1991 perguntou com mais detalhe os tipos de domicílios. Os dados mostram que 81% dos domicílios particulares permanentes eram do tipo casa, isolada ou de condomínio. As casas situadas em conjuntos residenciais populares somavam 5% do total e as casas em aglomerados subnormal perfaziam 4,5% do total de domicílios em 1991. Do total de apartamentos, 7% estavam em prédios isolados ou de condomínio, 1,5% em conjuntos residenciais populares e 0,05% em aglomerados subnormais.

Tabela 10

Distribuição dos domicílios particulares permanentes segundo o tipo de domicílio
Brasil 1980-2000

Tipo de domicílio	1980		1991		2000	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Casa	23402528	92.83	31564032	90.85	40018373	89.34
<i>Isolada ou condomínio</i>			28139702	80.99		
<i>Conj residencial popular</i>			1872423	5.39		
<i>Aglomerado subnormal</i>			1551907	4.47		
Apartamento	1808111	7.17	2994505	8.62	4298980	9.60

¹⁰ Segundo o censo 2000, a definição de Cômodo é o “Domicílio particular composto por um ou mais aposentos localizado em casa de cômodos, cortiço, cabeça-de-porco etc.”. Manual do recenseador, IBGE, 2000.

		7.12	
<i>Isolado ou condomínio</i>	2471996		
<i>Conj residencial</i>		1.45	
<i>popular</i>	505014		
		0.05	
<i>Aglomerado subnormal</i>	17495		
		0.53	1.07
Cômodos	184897		477748

Fonte: Censos demográficos do IBGE

6 - DOMICÍLIOS SEGUNDO O ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O acesso aos serviços públicos é um importante indicador da qualidade de vida das famílias, especialmente os serviços de abastecimento de água e rede de esgoto. Segundo VETTER e SIMÕES (1981), existe sempre um grau relativamente alto de arbitrariedade na definição operacional de adequação das instalações de água e esgoto quando os conceitos de um censo são utilizados:

“Isto se deve ao fato de que a ‘adequação’ depende de um conjunto de fatores, tais como densidade populacional, condições do solo e a qualidade do sistema. Por exemplo, uma fossa séptica poderia ser uma instalação adequada de esgoto se a densidade populacional permitisse uma separação entre ela e um poço razoavelmente profundo (no caso de este corresponder à forma de abastecimento d’água) e quando as condições do solo permitissem ser absorvido o esgoto do domicílio. Mas, no caso de haver altos níveis de densidade populacional e poços pouco profundos, verifica-se uma probabilidade alta de que a família esteja bebendo água contaminada por esgoto. A probabilidade deste tipo de contaminação não existiria no caso de a família ter abastecimento d’água através da rede geral ou de uma cisterna impermeável. Por outro lado, mesmo se tratando de um domicílio ligado à rede geral de água e dotado de canalização interna, existe a possibilidade de o volume de água fornecido pela rede ser insuficiente ou estar contaminado” (pp. 20-21).

Os autores classificam como condições adequadas de abastecimento de água aqueles domicílios ligados à rede geral, ou com poço ou nascente com canalização interna e, como condições inadequadas, os domicílios ligados à rede geral, ou com poço ou nascente sem canalização interna mais aqueles abastecidos por outras fontes. Os domicílios ligados à rede geral de esgoto ou com fossa séptica apresentam condições adequadas de esgotamento sanitário e aqueles com fossa rudimentar, outro tipo e sem escoadouro apresentam condições inadequadas.

A tabela 11 mostra que houve um crescimento substancial dos domicílios com acesso à rede geral de abastecimento de água. O abastecimento por rede geral está associado, de modo geral, à melhor qualidade da água e, conseqüentemente, à melhor qualidade de vida dos moradores. O número de domicílios ligados à rede geral de água saltou de apenas 2,8 milhões em 1960 para 34,9 milhões em 2000. O crescimento relativo aconteceu de forma contínua e persistente, passando de 21% em 1960, para 33% em 1970, para 55% em 1980, para 71% em 1991 e para 78% no ano 2000. Os domicílios particulares permanentes ligados à rede geral de abastecimento de água e que possuíam canalização interna cresceram na mesma proporção passando de 21% em 1960 para 73% em 2000. Já os domicílios servidos por poço ou nascente aumentaram em termos absolutos no período, passando de 4,5 milhões em 1960 para 7 milhões em 2000, mas caíram pela metade em termos relativos, passando de 33% em 1960 para 16% em 2000. Paralelamente à queda relativa destes domicílios houve um crescimento da canalização interna dos domicílios servidos por poço ou nascente, passando de 4% em 1960 para 9% em 2000. As outras formas de abastecimento (e aqueles domicílios sem declaração) diminuíram significativamente, passando de 46% em 1960 para 7% em 2000.

Tabela 11

Distribuição dos domicílios particulares permanentes segundo o abastecimento de água Brasil 1960-2000

Abastecimento de água	1960		1970		1980		1991		2000	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Rede geral	2845620	21.08	5784268	32.81	13842745	54.91	24571098	70.72	34859393	77.82
<i>c/ canalização</i>	2798144	20.73	4821507	27.35	11977045	47.51	22559666	64.93	32666044	72.92
Poço/nascente	4467018	33.09	4332655	24.58	7514026	29.80	6584034	18.95	6976877	15.58
<i>c/ canalização</i>	486975	3.61	1041639	5.91	1909270	7.57	2981858	8.58	3973047	8.87
Outra e s/d*	6185185	45.82	7511776	42.61	3816038	15.14	3588299	10.33	2958831	6.61

Fonte: Censos demográficos do IBGE

* s/d = sem declaração

A tabela 12 mostra a classificação dos domicílios segundo o tipo de esgotamento sanitário. Percebe-se que o grau de inadequação dos domicílios, neste caso, é maior que para o caso de abastecimento de água. Em 1960, apenas 13% dos domicílios estavam ligados à rede geral de esgoto. Na década de 60 este número permaneceu inalterado. Na década de 70, principalmente após os investimentos do 2º PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), a rede geral de esgoto mais que dobrou de tamanho, chegando a 28% dos domicílios em 1980. Em 1991 chegou a 35% e, em 2000, a 47% dos domicílios. Porém, apesar de todo o avanço, o milênio terminou com menos da metade dos domicílios brasileiros com acesso à rede geral de esgoto.

A deficiência da rede geral de esgoto foi compensada, em parte, pelo avanço do número de domicílios com fossa séptica que passou de 11% em 1960, para 13% em 1970, 15% em 1980 e 17% em 1991. Para o ano 2000 houve um decréscimo relativo para 15%, entretanto, houve um crescimento absoluto do número de domicílios com fossas sépticas. No agregado, os domicílios com rede geral e fossa séptica passaram de 3,2 milhões (24%) em 1960 para 28 milhões (62%) no ano 2000.

Tabela 12

Distribuição dos domicílios particulares permanentes segundo o tipo de escoadouro
Brasil 1960-2000

Escoadouro	1960		1970		1980		1991		2000	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
		13.13				27.73				
Rede de esgoto	1772806		2318402	13.15	6989916		12234417	35.21	21160735	47.24
		10.66				15.46				
Fossa séptica	1439459		2366075	13.42	3896339		6003863	17.28	6699715	14.96
Fossa rudimentar	2735302	20.26	5240040	29.72	7297702	28.95	9064990	26.09	10594752	23.65
		5.81				4.23		3.72		5.88
Outro e s/inf	784001		750535	4.26	1065445		1290956		2634591	
		50.13				21.86				8.27
Não tinha	6766255		6953647	39.45	5509899		4983585	14.34	3705308	

Fonte: Censos demográficos do IBGE

O percentual de domicílios com esgotamento sanitário inadequado caiu de maneira significativa, sendo que o principal componente desta queda foram os domicílios que não tinham esgotamento sanitário, cujo percentual caiu de 50% em 1960 para 8% em 2000. O percentual de domicílios com fossa rudimentar ou outro tipo de esgotamento cresceu ligeiramente de 26% em 1960 para 30% em 2000, representando um crescimento absoluto de 2,5 milhões de domicílios em 1960 para 13 milhões em 2000. No total são mais de 17 milhões de domicílios brasileiros que precisam de condições sanitárias mais adequadas.

A tabela 13 mostra a destinação do lixo dos domicílios particulares permanentes. Este quesito só foi perguntado nos censos de 1991 e 2000. Como nos demais serviços de saneamento básico, a coleta de lixo aumentou, passando de 64% em 1991 para 79% dos domicílios em 2000. O maior crescimento ocorreu em relação ao lixo coletado diretamente. Nas áreas urbanas das regiões Sul e Sudeste a cobertura do serviço de coleta de lixo ultrapassa 97% (IBGE, 2001). Nas áreas rurais, a dificuldade e o alto custo da coleta de lixo rural tornam a opção de enterrá-lo ou queimá-lo uma alternativa adequada. É considerado inadequado a opção de jogar o lixo em terreno baldio, rio, lago, mar e, também, a opção “outro”. Nos anos 90, o número de domicílios que desfaziam do lixo de maneira inadequada caiu de 8 milhões (23%) para 4 milhões (9%).

Tabela 13

Distribuição dos domicílios particulares permanentes segundo o destino do lixo
Brasil 1991-2000

Coleta de lixo	1991		2000	
	Abs	%	Abs	%
Coletado	22195781	63.88	35393331	79.01
<i>Diretamente</i>	20694869	59.56	33263039	74.26
<i>Indiretamente</i>	1500912	4.32	2130292	4.76
Queimado	4169236	12.00	5029000	11.23
Enterrado	567596	1.63	521785	1.16
Jogado	5863558	16.88	3296089	7.36
<i>Terreno baldio</i>	5450991	15.69	3102584	6.93
<i>Rio, lago, mar</i>	412566	1.19	193505	0.43
Outro	1947262	5.60	554896	1.24

Fonte: Censos demográficos do IBGE

A energia elétrica é fundamental na sociedade moderna e é utilizada como *proxy* do grau de desenvolvimento de um país. A tabela 14 mostra a proporção de domicílios com iluminação elétrica. Em 1960, quando o país ainda era predominantemente rural, pouco mais de um terço dos domicílios possuíam energia elétrica. O acesso à eletricidade cresceu continuamente no Brasil e chegou a 93% dos domicílios em 2000. Nas áreas urbanas das regiões Sul e Sudeste, praticamente, a totalidade dos domicílios possuíam eletricidade (IBGE, 2001). A crise de energia elétrica ocorrida em 2001, devido à seca e à falta de investimentos adequados em infra-estrutura elétrica, mostrou a dramaticidade da ausência deste serviço de “primeira necessidade” e colocou o problema do “apagão” na ordem do dia das prioridades públicas.

Tabela 14

Distribuição dos domicílios particulares permanentes segundo a existência de eletricidade
Brasil 1960-2000

Eletricidad e	1960		1970		1980		1991		2000	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Tem	5201521	38.54	8383994	47.56	17269475	68.50	30180138	86.87	41596986	93.01
Não tem	8296302	61.46	9244705	52.44	7941164	31.50	4563294	13.13	3124448	6.99

Fonte: Censos demográficos do IBGE

As tabelas apresentadas neste item 6 mostram que houve um crescimento expressivo do acesso dos domicílios aos serviços públicos. A iluminação elétrica é o serviço com maior grau de universalização, chegando a quase 100% nas áreas urbanas das regiões mais desenvolvidas do Brasil. Outro serviço que caminha para a universalização do atendimento aos domicílios nas áreas urbanas mais avançadas economicamente é o da coleta de lixo. Em seguida, a existência de rede geral de abastecimento de água chegou a 78% dos domicílios brasileiros. O serviço mais precário é o da rede geral de esgoto, que no ano 2000 ainda não tinha atingido a metade dos domicílios brasileiros.

7 - DOMICÍLIOS SEGUNDO O ACESSO AOS BENS DE CONSUMO DURÁVEIS

O acesso aos bens de consumo duráveis é bastante desigual e depende da sua utilidade, do seu preço e das condições de renda das famílias. A tabela 15 mostra que, nas últimas quatro décadas do século XX, houve uma diversificação e ampliação da quantidade de bens duráveis nos domicílios e uma tendência à universalização de três produtos: rádio, televisão e geladeira. Nas áreas urbanas das regiões Sudeste e Sul o acesso a estes três bens já ultrapassava 95% no ano 2000 (IBGE, 2002).

Em 1960 apenas o rádio tinha uma presença mais significativa nos domicílios brasileiros, mesmo assim, estava presente em menos de um terço das moradias. De 29% dos domicílios em 1960 a existência de rádio passou para 59% em 1970, 76% em 1980, 83% em 1991 e 88% em 2000. Apesar da rápida difusão do rádio, o crescimento dos aparelhos de televisão nos domicílios foi ainda mais significativo. Em 1960, menos de 5% dos domicílios tinham acesso à televisão. Este número pulou para 24% em 1970, 56% em 1980, 80% em 1991 e 87% em 2000. Em números absolutos houve um salto dos domicílios com televisão de 0,6 milhão em 1960 para 39 milhões em 2000. Outra mudança importante é que no começo do período prevaleciam as televisões em preto e branco e, no ano 2000, as televisões coloridas eram amplamente majoritárias. As horas de transmissão da programação televisiva também cresceram bastante no período, sendo

que a companhia líder em audiência nas últimas décadas, a Rede Globo de televisão, foi criada em 1965. A existência de rádio e televisão significa a presença da mídia no interior dos domicílios, ou seja, passa a existir um canal de recepção interno de comunicação das famílias com o mundo exterior. Para o bem ou para o mal, o rádio e, especialmente, a televisão propiciam a integração comunicativa, nacional e global, dos indivíduos e famílias dispersos territorialmente.

A percentagem de domicílios brasileiros que possuem aparelhos de rádio e televisão é praticamente a mesma, sendo um pouco superior à presença de geladeira e bastante superior à presença de todos os demais bens. A geladeira é o terceiro bem de consumo, em ordem de grandeza, presente nos domicílios brasileiros. Em 1960, as geladeiras estavam presentes em apenas 11% dos domicílios, sendo que em dez anos este percentual mais que dobrou, chegando a 26% em 1970. Nos anos 70 o percentual de geladeiras dobrou novamente, alcançando a metade dos domicílios em 1980, chegando a 69% em 1991 e a 83% dos domicílios em 2000. A geladeira é um bem de consumo importante para a conservação dos alimentos e é um aparelho fundamental para o bem-estar e a qualidade de vida das famílias.

Outro aparelho importante para a integração das pessoas e das famílias, entre si e com a comunidade, é o telefone. A classificação do telefone como um bem de consumo durável se justifica já que os moradores dos domicílios optam por gastar uma parcela de suas rendas entre os diversos bens existentes no mercado. A existência do telefone depende das preferências do consumidor, dado as suas restrições orçamentárias. O telefone exige o pagamento de uma tarifa mensal à uma concessionária pública ou privada de serviço de telefonia, assim com a geladeira exige o pagamento de uma tarifa mensal de energia elétrica (ou gás) para uma concessionária deste serviço público. Os censos de 1960 e 1970 não perguntaram sobre telefone e os censos seguintes perguntaram apenas sobre os telefones fixos (não se perguntou sobre telefones celulares). Em 1980, apenas 13% dos domicílios possuíam linhas telefônicas, em 1991 este percentual passou para 19% e, nos anos 90, o percentual mais que dobrou, chegando a 40% em 2000. O telefone fixo passou a ser o quarto item de consumo prevacente nos domicílios brasileiros.

Tabela 15

Distribuição dos domicílios particulares permanentes segundo a existência de bens de consumo duráveis, Brasil 1960-2000

Bens duráveis	1960		1970		1980		1991		2000	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Rádio	3912238	28.98	10386763	58.92	19203907	76.17	28729548	82.69	39107478	87.45
Televisão*	601552	4.46	4250404	24.11	14142924	56.10	27650179	79.58	38906707	87.00
Geladeira	1479299	10.96	4594920	26.06	12697296	50.36	23910037	68.82	37202742	83.19
Automóvel*			1594465	9.04	4809652	19.08	8018457	23.08	14604006	32.66
Telefone					3182256	12.62	6476056	18.64	17774403	39.74
Maq lavar roupa							9116375	26.24	14799668	33.09
Videocassete									15787151	35.30
Microondas									8659309	19.36
Microcomputador									4748780	10.62
Ar-condicionado									3332643	7.45

Fonte: Censos demográficos do IBGE

* Em 1980 e 1991 existe a discriminação entre TV preto e branco e TV a cores.

** automóvel particular

Do leque de alternativas de bens de consumo duráveis pesquisados pelo IBGE, o automóvel é o bem mais caro e o que exige maiores despesas de combustível e manutenção. Para guardar o carro as pessoas costumam construir uma garagem, o que implica em ampliação da área construída dos domicílios. Em alguns casos o automóvel pode custar mais que o próprio valor do domicílio. Não é de se estranhar, portanto, que a percentagem de automóveis seja relativamente pequena. O censo de 1960 não perguntou sobre a existência de automóveis. No censo de 1970 se perguntou somente sobre os automóveis de uso particular da família, sendo que apenas 9% dos domicílios possuíam estes autos. Nos anos 70 o número de automóveis mais que dobrou, chegando a 19% em 1980. Na década seguinte o crescimento do número de automóveis particulares foi muito pequeno, chegando a 23% em 1991. Nos anos 90 houve, novamente, um crescimento da aquisição de automóveis, pois o percentual chegou a 33% no ano 2000. É preciso

destacar, contudo, que houve pequenas mudanças na forma de se considerar o que é automóvel particular nos censos de 1991¹¹ e de 2000¹².

Um outro bem de consumo com presença em um terço dos domicílios é a máquina de lavar roupa, que é um aparelho eletrodoméstico essencial principalmente nos lares em que as mulheres trabalham em atividades extra-domésticas. Considerando-se que a divisão sexual do trabalho tradicional imputa às mulheres as tarefas domésticas, a existência de máquinas de lavar roupa significa uma forma de atenuar o trabalho feminino e uma forma de facilitar a maior presença das mulheres no mercado de trabalho. Somente os censos de 1991 e 2000 perguntaram sobre a presença de máquina de lavar roupa¹³ nos domicílios, sendo que a percentagem, no primeiro caso, foi de 26% e, no segundo caso, de 33%.

Os itens seguintes foram perguntados somente no censo 2000. A tabela 15 mostra que o percentual de domicílios com microondas e ar-condicionado era de 19% e 7%, respectivamente. Os aparelhos de videocassete estavam presentes em 35% dos domicílios. Nota-se que o videocassete é um aparelho voltado para o lazer, praticamente um complemento da televisão. Ele se constitui em uma alternativa ao cinema, tanto em termos de custo, quanto pelo fato de a maioria dos municípios brasileiros não terem cinemas. Já o microcomputador, pode servir ao lazer, ao trabalho e à educação. Somente 11% dos domicílios possuíam microcomputadores no ano 2000. Mas como é um produto que tem uma difusão recente no país, a tendência é que haja um crescimento expressivo do número de microcomputadores na primeira década do século XXI. A presença de microcomputadores é essencial para se avaliar o número de moradores conectados à Internet. A “Web” é um espaço de interação cada vez mais importante de comunicação entre pessoas e para a criação de redes de trabalho, educação, cidadania, etc. Com o advento da TV digital existe uma tendência de integração de diversas tecnologias o que

11 Definição de automóvel particular em 1991: Considera-se com tendo automóvel particular, o domicílio em que um dos seus componentes possua um automóvel de passageiro, ou utilitário (jeep, camioneta ou Kombi), usado principalmente para passeio ou locomoção dos membros do domicílio para o trabalho (Manual do recenseador, 1991).

12 Definição em 2000: registre o total de automóveis para uso particular existentes no domicílio. Considere como tendo automóvel para uso particular o domicílio em que um de seus moradores possua um automóvel de passeio ou veículo utilitário para passeio ou locomoção dos membros do domicílio para o trabalho. Considere também o veículo utilizado para desempenho profissional de ocupações como: motorista de táxi, vendedor que tem necessidade de transportar amostras de sua mercadoria para atender ou solicitar pedidos, etc., desde que seja utilizado, também, para passeio ou locomoção dos membros da família (Manual do recenseador, 2000).

13 O censo de 1991 incluía o tanquinho no quesito máquina de lavar roupa e, o censo 2000 o tanquinho foi excluído (Manual do recenseador de 1991 e 2000).

facilitaria a junção entre computador e televisão. As perspectivas para as próximas décadas é de crescimento das tecnologias de informação.

8 - CONCLUSÕES

O Brasil passou por grandes transformações nas últimas quatro décadas do século XX. Apesar do crescimento das desigualdades sociais, houve uma melhoria significativa nas condições de moradia da população brasileira entre 1960 e 2000, tanto nos aspectos físicos e nas condições de ocupação, quanto no acesso aos serviços públicos e aos bens de consumo duráveis.

O número de domicílios particulares permanentes ocupados¹⁴ cresceu em ritmo superior ao do crescimento populacional e acompanhou, com uma pequena defasagem, o ritmo de crescimento dos arranjos familiares. Com o aumento mais que proporcional do número de famílias em relação ao crescimento populacional, houve, conseqüentemente, uma queda do número médio de pessoas nestes novos arranjos. Apesar de ter crescido o número de famílias conviventes nas quatro décadas em questão, a quantidade de pessoas por domicílios caiu, diminuindo, assim, a densidade de pessoas por moradia. A melhoria da relação pessoas/habitações pode ser um indicador da melhora do grau de conforto das moradias, desde de que não tenha havido um processo de redução da metragem dos domicílios.

Uma questão que foi apresentada rapidamente neste texto e que merece maior aprofundamento é o tema do déficit habitacional. Para uma melhor análise desta questão é preciso discutir o conceito de família e se analisar os mais de nove milhões de domicílios não-ocupados que se distribuem por todas as regiões do país.

Outro fato positivo ocorrido nas últimas quatro décadas é que, apesar da menor razão pessoas/domicílios, cresceu o número de cômodos, de dormitórios e de banheiros das moradias. Os dados sugerem que houve um aumento do nível de conforto dos moradores, quando se considera a utilização do espaço domiciliar. Contudo, os censos demográficos não trazem informações sobre a área construída das habitações, o que impede uma avaliação da metragem dos domicílios. Outra informação importante seria o

desenho da planta do imóvel, pois uma mesma área construída pode propiciar maior ou menor conforto, dependendo da adequada utilização dos espaços.

Quanto à estrutura física, os censos demográficos, até 1991, classificavam os domicílios duráveis e rústicos segundo o material utilizado no piso, nas paredes e na cobertura da construção. O censo 2000 não fez perguntas sobre este quesito. Entre 1960 e 1991, observou-se um crescimento dos domicílios duráveis. Isto se deve à predominância das construções de alvenaria em substituição às construções que utilizavam materiais rústicos. Porém, o fato do domicílio ser durável não quer dizer que ele tenha sido bem construído ou que esteja em bom estado de conservação.

Quanto à condição de ocupação, a transformação mais significativa foi o aumento dos domicílios próprios (predominando os totalmente pagos em relação aos parcialmente pagos). Isto quer dizer que o número de proprietários de imóveis cresceu muito no país tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. Houve uma maior democratização da propriedade imobiliária. Isto quer dizer que as futuras gerações vão receber, como herança, uma maior base patrimonial. Em consequência da elevação do número de famílias com a “casa própria”, houve uma diminuição relativa do número de domicílios alugados, significando que uma menor proporção de brasileiros recorrem ao aluguel de um imóvel para moradia. Contudo, o número de domicílios alugados cresceu em termos absolutos e representa um mercado bastante amplo. Paralelamente, o número de domicílios cedidos ou com outra forma de ocupação decresceu tanto em termos absolutos quanto em termos relativos.

Quanto ao tipo de domicílio, predominam aqueles tipo casa, especialmente as casas localizadas em condomínio ou isoladas. O número de apartamentos tem crescido tanto em termos absolutos quanto relativos, refletindo o processo de verticalização, especialmente nas grandes cidades onde o valor do terreno é muito caro.

Os serviços públicos ampliaram bastante seu grau de cobertura nas quatro décadas em questão. O número de domicílios ligados à rede de iluminação elétrica aumentou oito vezes em termos absolutos. Em algumas regiões urbanas do país houve quase uma universalização do acesso à iluminação elétrica. A energia elétrica é um dos principais indicadores de modernidade e de inclusão social, sendo também um passo inicial de acesso ao mercado de bens de consumo. O serviço de coleta de lixo também

¹⁴ Existe um elevado número de domicílios não ocupados no Brasil (ver anexo 1), sobre os quais não se tem informações mais detalhadas.

atingiu alto nível de cobertura nas áreas urbanas do país, em especial nas regiões Sul e Sudeste. A rede geral de abastecimento de água se tornou o terceiro serviço em cobertura com presença superior ao percentual de três quartos dos domicílios brasileiros. A rede geral de esgoto, apesar do crescimento, foi o serviço que apresentou menor cobertura, não chegando à metade dos domicílios brasileiros. Além disto, muitos esgotos sanitários são coletados, mas não tratados.

Quanto ao acesso aos bens de consumo duráveis, houve uma ampliação e uma diversificação. Em 1960, mais de três quintos dos domicílios brasileiros não tinham iluminação elétrica e vários bens de consumo, como forno de microondas, videocassete e microcomputador, sequer existiam. Ao longo das quatro décadas, um número maior de domicílios passou a possuir algum tipo de bem de consumo durável e cada vez mais domicílios passaram a contar com um número maior destas mercadorias próprias da sociedade de consumo de massas. No ano 2000, a liderança coube ao rádio e à televisão que estavam presentes em nove de cada dez domicílios. Um pouco atrás seguia a geladeira, que estava presente em mais de oito de cada dez domicílios brasileiros.

Do restante dos bens de consumo pesquisados pelos censos, nenhum estava presente em mais do que 40% dos domicílios brasileiros. Os domicílios com telefone tiveram uma grande expansão na década de 90, mais que dobrando sua presença nas moradias. Esta expansão ocorreu após o crescimento da oferta dos serviços de telefonia propiciada pelo processo de privatização, ocorrido na segunda metade dos anos 90. Mesmo assim, apenas dois quintos dos domicílios tinham telefone fixo em 2000. O automóvel, a máquina de lavar roupa e o aparelho de videocassete estavam presentes em um terço dos domicílios particulares permanentes. Isto quer dizer que, aproximadamente, um terço dos domicílios brasileiros contam com uma “cesta” de bens de consumo bastante ampla e relativamente cara, indicando que o mercado de bens de consumo duráveis é bastante amplo no país. Dos produtos pesquisados pelo censo 2000, o microondas, o ar-condicionado e o microcomputador estavam presentes em menos de um quinto dos domicílios. Contudo, o microcomputador deve ser um bem que deve apresentar um crescimento elevado na primeira década do século XXI, devido aos avanços da chamada “sociedade da informação”.

Os dados dos censos demográficos mostram que foram expressivas as melhorias nas condições de habitação da população brasileira, apesar da permanência de muitas desigualdades. Todas as regiões do Brasil apresentaram ganhos, mas, sem dúvida, as regiões Sul e Sudeste e, em menor proporção, a região Centro-Oeste, apresentaram os

maiores progressos. Análises desagregadas dos dados por região, por situação de domicílio, por renda, educação, etc. podem contribuir para o entendimento mais detalhado do panorama das condições de moradia dos brasileiros.

9 - BIBLIOGRAFIA

ALVES, J. E. D. **Transição da fecundidade e relações de gênero no Brasil**. 1994. 152f. Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1994.

ALTMANN, A.M. Goldani; WONG, Laura R. **Padrões e tendências da nupcialidade no Brasil**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 2., 1981, Águas de São Pedro. Anais ... Belo Horizonte: ABEP, 1981.

BERCOVICH, Alicia, PEREIRA, Nilza M. **Unidad de empadronamiento: hogar, vivienda o familia? Ventajas y desventajas del enfoque del censo brasileño**. Santiago de Chile, Seminario Censos 2000: diseño conceptual y temas a investigar en América Latina, CEPAL/ECLAC, 1999.

BILAC, ELISABETE D. **Comentário: os estudos de família através das PNADs**. Campinas, Nepo/Unicamp, 2003 (mimeografado)

BRUSCHINI, M. Cristina. **Uma abordagem sociológica da família**. ABEP, São Paulo, REBEP, v. 6, n.1, jan/jun, 1989, p. 1-24.

BERQUÓ, Elza. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, Fernando, SCHWARCZ, Lilia. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. V. 4, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

CAVENAGHI, S.M, GOLDANI, A. M. **Fecundidade e família: os tamanhos das famílias e das crianças no Brasil**. ABEP, São Paulo, REBEP, v. 10, n.1/2, jan/dez, 1993, p. 107-134.

CARNEIRO, D.D. VALPASSOS, M.V.F. Financiamento à habitação e instabilidade econômica. Experiências passadas, desafios e propostas para a ação futura. Rio de Janeiro, FGV, 2003.

GOLDANI, Ana Maria. **A demografia "formal" da família: técnicas e dados censitários**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., Águas de São Pedro. Anais ... Belo Horizonte: ABEP, 1984.

GONÇALVES, Robson G. **O déficit habitacional brasileiro: um mapeamento por Unidades da Federação e por níveis de renda domiciliar**. Brasília e Rio de Janeiro, Texto para discussão nº 559, Ipea, abril de 1998

IBGE, **Censos demográficos** de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

_____. **Manuais dos recenseadores** de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

_____. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000**, v. 7, Rio de Janeiro, 2001

_____. **Tabulação avançada do Censo Demográfico 2000, resultados preliminares da amostra**, Rio de Janeiro, 2002.

LAZO, Aída, C. G. V. **Nupcialidade nas PNADs-90: um tema em extinção?** Brasília e Rio de Janeiro, Texto para discussão nº 889, Ipea, junho de 2002

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima.** Rio de Janeiro e São Paulo, Editora Record, 2001.

MEDEIROS, M. OSÓRIO, G.O. **Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998.** ABEP, Campinas, REBEP, V.17, n. 1/2, jan/dez, 200, p. 67-85

O GLOBO. **Favelas crescem e agridem vista do Dois Irmãos.** Rio de Janeiro, 4/06/2003, p. 27.

O GLOBO. **Ar-condicionado sobe morro e encarece energia.** Rio de Janeiro, 23/11/2003, p. 26.

UNITED NATIONS. **Principles and recommendations for population and housing censuses.** Revision 1. Advance copy, Statistical Papers. Series M, nº 67 rev. 1, New York, 1998.

VASCONCELOS, José R. CÂNDIDO JÚNIOR, José O. **O problema habitacional no Brasil: deficit, financiamento e perspectivas.** Brasília e Rio de Janeiro, Texto para discussão nº 410, Ipea, abril de 1996.

VETTER, D. M, SIMÕES, C. C. **Acesso à infra-estrutura de saneamento básico e mortalidade.** Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Estatística, v.42, nº 165, jan/mar 1981, pp. 17-35.

VETTER, David Michael. **Problemas conceituais e operacionais na avaliação da ‘adequação’ das condições residenciais através de indicadores elaborados com dados dos Censos e das PNAD’s.** Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Estatística, v.42, nº 168, out/dez 1981, pp. 291-412.

10 - ANEXO

Anexo 1

Tabela X - Domicílios recenseados, por espécie, segundo as Grandes Regiões e a situação do domicílio

País e Regiões	Domicílios recenseados							
	Total	Particulares						Coletivos
		Total	Ocupados	Não Ocupados				
				Total	Fechados	Uso ocasional	Vagos	
Brasil.....	54 337 670	54 265 618	45 021 478	9 244 140	528 683	2 685 701	6 029 756	72 052
Urbana.....	44 401 848	44 340 661	37 454 740	6 885 921	450 178	1 855 596	4 580 147	61 187
...								
Rural.....	9 935 822	9 924 957	7 566 738	2 358 219	78 505	830 105	1 449 609	10 865
..								
Região Norte....	3 359 578	3 353 764	2 843 135	510 629	73 512	123 686	313 431	5 814
Urbana.....	2 402 745	2 398 221	2 051 113	347 108	51 950	61 331	233 827	4 524
...								
Rural.....	956 833	955 543	792 022	163 521	21 562	62 355	79 604	1 290
..								
Região Nordeste...	13 928 239	13 911 413	11 464 873	2 446 540	129 122	552 198	1 765 220	16 826

País e Regiões	Domicílios recenseados							
	Total	Particulares						Coletivos
		Total	Ocupados	Não Ocupados				
				Total	Fechados	Uso ocasional	Vagos	
Urbana..... ...	9 665 216	9 650 312	8 173 854	1 476 458	97 304	303 009	1 076 145	14 904
Rural..... ..	4 263 023	4 261 101	3 291 019	970 082	31 818	249 189	689 075	1 922
Região Sudeste...	24 727 548	24 699 909	20 288 318	4 411 591	260 939	1 355 698	2 794 954	27 639
Urbana..... ...	22 191 187	22 166 797	18 526 005	3 640 792	246 188	1 022 529	2 372 075	24 390
Rural..... ..	2 536 361	2 533 112	1 762 313	770 799	14 751	333 169	422 879	3 249
Região Sul....	8 521 794	8 509 284	7 238 851	1 270 433	23 546	511 525	735 362	12 510
Urbana..... ...	6 937 013	6 925 830	5 940 979	984 851	20 000	403 465	561 386	11 183
Rural..... ..	1 584 781	1 583 454	1 297 872	285 582	3 546	108 060	173 976	1 327
Região Centro-Oeste	3 800 511	3 791 248	3 186 301	604 947	41 564	142 594	420 789	9 263
Urbana..... ...	3 205 687	3 199 501	2 762 789	436 712	34 736	65 262	336 714	6 186

País e Regiões	Domicílios recenseados							
	Total	Particulares						Coletivos
		Total	Ocupados	Não Ocupados				
				Total	Fechados	Uso ocasional	Vagos	
Rural..... ..	594 824	591 747	423 512	168 235	6 828	77 332	84 075	3 077

Fonte: Sinopse preliminar do censo 2000 – IBGE.